



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS**

MARIANA DE SOUZA FONSECA

**Política para periferias: análise discursiva crítica em publicações de coletivos de
comunicação de periferias**

**BRASÍLIA
2023**

Mariana de Souza Fonseca

Política para periferias é extermínio: análise discursiva crítica em publicações de coletivos de comunicação de periferias

Monografia apresentada ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Letras Português.

Orientadora: Viviane de Melo Resende

BRASÍLIA
2023

Mariana de Souza Fonseca

Política para periferias é extermínio: análise discursiva crítica em publicações de coletivos de comunicação de periferias

Monografia apresentada ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Letras Português.

Orientadora: Viviane de Melo Resende

Avaliado em: __/__/2023

Aprovado em: __/__/2023

Profª. Dra. Viviane de Melo Resende (IL/UnB)

A minha família. Sempre.

AGRADECIMENTOS

Concluir a graduação em Letras - Português (Licenciatura) foi uma jornada e tanto. Esta que foi a minha segunda graduação, que realizei simultaneamente com os estudos de mestrado e doutorado e o motivo pelo qual eu ouvi tantas vezes: "Nossa, você é doida!" ou "Mas por que outra graduação?".

Para responder a esses questionamentos, eu começo agradecendo a minha mãe, por ser a mãe que lia histórias para mim todas as noites e também a que andava pela rua dizendo "Mariana, sabe o porquê de aquela frase estar errada?". Agradeço ao meu pai, por ter ido comigo às livrarias e bibliotecas todas as vezes que quis adquirir um livro novo e ficar rindo por eu ficar cheirando as capas dos livros. E agradeço ao Leo, por ter ouvido todas as histórias comigo e pelo olhar de admiração e curiosidade que às vezes joga para mim, que é o motivo de eu seguir nessas empreitadas loucas.

Agradeço aos meus familiares, às minhas amigas e amigos, por serem compreensivos e me apoiarem sempre.

Ao Gian, que chegou do meio pro final dessa jornada e deixou tudo mais leve. Obrigada por ser o meu companheiro e me mostrar que todas as etapas podem ser vividas com mais leveza, tranquilidade e alegria.

Agradeço à tia Mirella, da segunda série, tia Adriana, da quarta série, profa. Régia, da quinta série, profa. Ângela, da sétima série, e profa. Bruna, do ensino médio, por me manterem interessada e intrigada no mundo das palavras e das histórias.

Agradeço à Viviane Resende, que tive a sorte de ter como orientadora deste trabalho. Ela que foi também o meu primeiro contato durante o curso e cumpriu, majestosamente, com seu papel de despertar em mim novos interesses e me mostrar caminhos possíveis nessa empreitada. Obrigada pelo apoio e pelas provocações.

Obrigada, mais uma vez, à Universidade de Brasília por ser a minha casa. Por me ensinar tanto e ser tão generosa e acolhedora. Às funcionárias e funcionários desta Casa, servidores e terceirizados, obrigada por tornarem a nossa passagem por esse lugar mais simples e agradável.

A graduação em Letras sempre foi um sonho e nunca me pareceu loucura. O interesse pela linguagem e a pessoa apaixonada por histórias e livros estiveram constantemente presentes em mim e fazem parte do que sou. Concluir essa graduação foi, antes de mais nada, me realizar e entender que a gente nunca é uma coisa só.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil de forma desastrosa, agravada pelas desigualdades sociais estruturais; a crise econômica e a conduta criminosa da crise de saúde por parte do ex-presidente. Em meio à desorganização e negligência governamental, destacaram-se ações realizadas pela sociedade com o objetivo de informar a população e viabilizar medidas de prevenção. Durante a pandemia, as periferias urbanas foram lugares onde a criatividade das pessoas para promover a solidariedade foi bastante notada. Os coletivos de comunicação das periferias, por exemplo, foram grandes responsáveis por informar os moradores das comunidades e por coletar e distribuir doações em seus territórios. Eles também tiveram um papel importante na denúncia da ausência de políticas públicas que abordassem adequadamente as periferias, enquanto enfrentavam, com frequência, a violência policial mesmo em um contexto tão avassalador quanto a pandemia. Essas denúncias vieram principalmente através da mobilização nas mídias sociais usando as hashtags #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas, que visavam expressar a realidade do cotidiano das periferias na pandemia de Covid-19. Nesse cenário, a linguagem é uma forma de expressão e ação social diante dos acontecimentos sociais. Os textos podem produzir efeitos que se estendem ao campo cognitivo, social, político e material. Esta monografia realiza uma análise discursiva crítica para compreender as narrativas e visões de mundo construídas por esses atores, especialmente relacionadas ao Estado e o que apontaram como genocídio em curso da população negra brasileira, durante a pandemia de Covid-19. Esta pesquisa foi realizada usando um banco de dados de tuítes e posts do facebook que coletamos usando Python. Antes da análise discursiva crítica, fizemos uma análise de conteúdo e identificamos 75 tuítes, entre a amostra que temos, que mencionaram o racismo como motivação para a violência policial. Para investigar com mais profundidade as narrativas e a interdiscursividade nos discursos, realizamos uma análise discursiva crítica nessas 75 publicações.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic arrived in Brazil in a disastrous way, aggravated by the structural social inequalities; the economic crisis and the criminal conduct of the health crisis by the ex-president. In the midst of disorganization and governmental negligence, actions carried out by society were highlighted with the objective of inform the population and enable prevention measures. During the pandemic, the urban peripheries were places where people's creativity to promote solidarity was quite noticed. The communication collective of the peripheries, for example, were largely responsible for informing the residents of the communities and for collecting and distributing donations in their territories. They also had a major role in denouncing the absence of public policies that adequately addressed the peripheries, while often facing police violence even in a context as overwhelming as the pandemic. These complaints came mostly through mobilization in social media using the hashtags #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas, which aimed to express the reality of daily life of the peripheries in the Covid-19 pandemic. In this scenario, language is a form of expression and social action in face of social events. Texts can produce effects that extend to the field of cognitive, social, political and material. This monograph performs a critical discourse analysis to understand the narratives and worldviews built by these actors, especially related to the State and what they pointed out as ongoing genocide of Brazilian black population, during the Covid-19 pandemic. This research was carried out using a database of tweets and facebook posts that we collected using Python. Before the critical discourse analysis, we did a content analysis and identified 75 tweets, among the sample that we have, that mentioned racism as motivation for the police violence. To investigate in more depth the narratives and interdiscusivity in the speeches, we performed a critical discourse analysis in those 75 publications.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. ADC como ferramenta para compreensão das ações sociais	12
2. A relação entre periferias e Estado	17
3. A voz escrita das periferias	20
Considerações finais	29

Introdução

No ano de 2020, o mundo se deparou com um de seus maiores desafios em quase um século: a pandemia de Covid-19. A doença disseminada pelo vírus SARS-CoV-2, o coronavírus, começou a se alastrar pela China em janeiro de 2020 e chegou ao Brasil em 26 de fevereiro do mesmo ano. Sua chegada ao solo brasileiro se deu de forma absolutamente desastrosa, agravada pelas condições estruturais de desigualdades sociais já existentes; pela crise econômica enfrentada pelo país e pela condução negligente e criminosa da crise sanitária pelo então presidente da República (Avritzer, 2020; Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

Desde o início, Bolsonaro negou a gravidade da doença, fez piadas, provocou aglomerações e não construiu, de maneira articulada com os estados e municípios, uma política eficiente nem para a prevenção nem para o enfrentamento à doença. À exceção do auxílio emergencial – proposto por movimentos sociais e aprovado pelo Congresso Nacional –, o governo federal pouco fez para garantir que as pessoas pudessem tomar as devidas medidas preventivas ou para transmitir informações adequadas quanto à gravidade da doença. Tais ações foram realizadas, essencialmente, pelos governos estaduais.

Nos primeiros meses, os governos estaduais tomaram medidas para informar e proteger a população dos riscos do coronavírus. A força para ir na contramão das orientações do governo federal, no entanto, foi se esvaindo com o passar do tempo à medida em que os governos estaduais foram acometidos pelo arrocho na arrecadação fiscal; pela falta de repasses do governo federal e pela pressão dos setores econômicos contrários às políticas de distanciamento social ou alinhados à visão do ex-presidente.

Em meio à desorganização e negligência governamental, destacaram-se ações realizadas pela sociedade com os objetivos de informar a população; viabilizar as medidas de prevenção e garantir que as pessoas que eventualmente perdessem sua renda não passassem fome. As iniciativas se espalharam por todo o país, com diferentes focos de atuação, público e estratégias.¹ Grande parte dessas ações se dedicou à arrecadação e à distribuição de doações (alimentos e materiais de higiene e limpeza), mas outras também atuaram no sentido de acolhimento psicológico a pessoas em situação de vulnerabilidade; de apoio a profissionais da cultura, idosos, pessoas LGBTQIA+; de acolhimento a pessoas enlutadas pelos mortos da Covid-19, entre outras (Abers; von Bülow, 2020).

¹ Algumas delas podem ser encontradas na página do grupo de pesquisa Resocie (UnB), que fez um compilado durante a pandemia dessas ações: <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org>.

Em especial, as periferias urbanas foram locais em que a criatividade das pessoas para promover a solidariedade social foi bastante notada. Além das iniciativas tomadas individualmente por moradoras e moradores que decidiram agir em conjunto nesse momento², também várias organizações, movimentos sociais e coletivos pararam as suas atividades cotidianas para dar conta dessa demanda emergente. Foi o caso dos coletivos de comunicação das periferias, grandes responsáveis por informar moradoras e moradores das comunidades sobre os riscos da Covid-19 e as formas de prevenção, e por arrecadar e distribuir doações nos seus territórios. Contudo, para além das ações junto às comunidades, os coletivos também tiveram um papel fundamental na denúncia das ausências de políticas públicas que atendessem às periferias de maneira adequada e da violência policial mesmo num contexto tão avassalador quanto a pandemia.

Como efeito das medidas preventivas de distanciamento social, várias atividades migraram para o mundo digital, dentre elas a organização e a mobilização dos movimentos sociais (von Bülow, 2020). Os coletivos de comunicação não só se organizaram por meio de aplicativos de mensagens, como o *Whatsapp*, mas também utilizaram bastante as mídias sociais para se mobilizarem e se expressarem. Exemplo disso foi a grande mobilização chamada por meio do uso das *hashtags* #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas, as quais tiveram como objetivo expressar a realidade e o cotidiano das periferias na pandemia de Covid-19.

Este trabalho tem como objetivo compreender as narrativas e visões de mundo, construídas por esses atores, em especial relacionadas ao Estado, durante a pandemia de Covid-19. Para tanto, foi realizada uma coleta de dados no *Twitter* e no *Facebook*, utilizando código *Python*, via *API* da plataforma. A coleta, realizada entre março de 2020 e outubro de 2021, retornou dados em formato de texto escrito com as publicações feitas por usuárias e usuários das *hashtags* mencionadas. Além da coleta das publicações com as *hashtags*, também foram coletadas publicações diretamente dos perfis de oito coletivos de comunicação de periferias de quatro regiões do país, Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste: RUAS (DF), Coletivo Papo Reto (RJ), Voz das Comunidades (RJ), Agência Mural (SP), Periferia em Movimento (SP), Periferia em Foco (PA), Tela Firme (PA) e Força Tururu (PE).

² Como foi o caso dos Presidentes de Rua em Paraisópolis-SP, ver em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2020/08/paraisopolis-presidentas-de-rua-corona-virus-pandemia>

O intuito em coletar publicações de perfis de coletivos de diferentes estados foi garantir uma visão mais plural acerca das narrativas construídas por esses atores, jogando luz em semelhanças e diferenças eventualmente percebidas nos tópicos por eles levantados. Ao final da coleta, também por meio de um código em *Python*, foi extraída uma amostra aleatória simples de 10% do total de postagens, totalizando 14.315 publicações, todas em formato de texto. Posteriormente, foi realizada uma análise de conteúdo das publicações, identificando as principais categorias temáticas abordadas nas falas dos atores acerca de três pontos principais: a) sua visão sobre a pandemia; b) sua visão sobre a própria ação; c) sua visão sobre o Estado e as ações estatais.

A principal categoria temática abordada nas publicações foi a referência à "violência policial". Nas publicações, os atores denunciaram as consequências da violência policial nos territórios e o fato de que as ações violentas impetradas pela polícia continuavam acontecendo, mesmo durante a pandemia. Para eles, o Estado estava aparecendo não sob a forma de políticas públicas que garantissem a sobrevivência das pessoas nas comunidades, mas violando seus direitos (Fonseca; Almeida, no prelo). Diretamente associada a essa categoria está outra: a de "racismo e genocídio", por meio da qual os atores chamavam a atenção para a motivação que atribuíam a tais violações.

No intuito de compreender de maneira mais aprofundada as nuances, a visão dos coletivos com relação ao Estado e os motivos do surgimento das denúncias de racismo e genocídio de maneira tão contundente nas publicações, esta pesquisa realiza uma análise discursiva crítica das 75 publicações que foram categorizadas neste tema. Vale ressaltar que este quantitativo de publicações considera apenas postagens únicas, ou seja, sem repetições. Quando se coletam dados por *hashtags*, comumente aparece a mesma publicação mais de uma vez, já que elas são repostadas. Como o intuito da pesquisa é estudar como a linguagem expressa visões de mundo e narrativas, situadas conforme a posição social dos atores, e não uma visão quantitativista de recorrência temática, cada unidade de texto é analisada apenas uma vez.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este trabalho está dividido em três seções. Na primeira, fazemos uma revisão teórica da análise de discurso crítica, fundamentando a análise das ações sociais a partir desta teoria-método. Na segunda seção, apresentamos uma breve introdução ao contexto histórico e social dos sujeitos da pesquisa e, na terceira, apresentamos a análise dos dados.

1. ADC como ferramenta para compreensão das ações sociais

A construção de narrativas por movimentos sociais e coletivos é analisada, na literatura específica, sob a lente dos enquadramentos interpretativos de ação coletiva (Benford; Snow, 2000). Os enquadramentos interpretativos consistem nas formas pelas quais os movimentos interpretam o mundo a sua volta e, com base nisso, agem sobre ele. A maneira como os movimentos constroem quadros sobre determinadas situações sociais é fundamental para sua capacidade de angariar militantes, disputar narrativas e transformar ideologias (Nunes, 2013).

Os enquadramentos, como formações cognitivas, só são percebidos no mundo por meio dos discursos, pelas maneiras pelas quais os sujeitos decidem representá-los. Parte dos estudos em enquadramentos interpretativos já sinalizam para a importância dos discursos ao privilegiarem a análise de conteúdo dos discursos (Mendonça; Simões, 2012). Steinberg (1999) também já indicava que os discursos são uma forma de ação criativa e relacional e que a construção de significados se dá na interação entre discursos e a ação social. Contudo, é na literatura em análise do discurso crítica (ADC) onde encontramos o principal aporte teórico e empírico para compreender os discursos como agência e ação relacional dos sujeitos.

A ADC é considerada uma teoria-método e pode ser entendida como uma evolução da linguística sistêmico funcional (LSF), a qual compreende o estudo do sistema linguístico sob a ótica funcional, considerando a existência de componentes funcionais na sua estrutura (ideacionais, interpessoais e textuais); e da linguística crítica (LC), a qual busca compreender as relações entre texto, poder e ideologia (Magalhães; Martins; Resende, 2017; Rabelo, 2019).

O discurso, compreendido como o aspecto semiótico das práticas sociais, pode ocorrer tanto na forma de linguagem verbal (oral ou escrita) como de linguagem não verbal (gestos, imagens e sons). A análise de discurso crítica se diferencia de outras formas de análise de discurso, pois, ao invés de tentar entender o texto como um evento isolado, sustenta que a ação social está entrelaçada no discurso. É por meio da expressão linguística que os sujeitos se colocam diante do mundo. Este é um processo relacional, ou seja, ao mesmo tempo em que a linguagem é produto do meio e dos eventos sociais, ela também interfere neles e na sua construção.

A pedra basilar que sustenta o argumento em torno da relevância dos estudos críticos do discurso – isto é, do estudo de problemas sociais com foco em seu aparato semiótico – é que o **uso situado da linguagem, ao produzir textos, que são parte do resultado de eventos sociais, têm efeitos causais, gerando mudanças em nosso conhecimento sobre o mundo** e, conseqüentemente, em nossas crenças e atitudes a respeito desse mundo (...). De acordo com a compreensão crítico-realista da vida social, entendem-se estruturas sociais como configurações prévias à ação, que dotam a ação de recursos, mas também os constroem, ou seja, constroem potencialidades entre as quais se selecionam aquelas que são materializadas em eventos concretos; e as **ações, portanto, embora sejam governadas por estruturas sempre previamente dadas, carregam o potencial de transformação** das configurações estruturais ao longo tempo (Resende; Regis, 2017, p.15, grifos nossos)

Fairclough (2003; 2010) afirma que os textos podem produzir efeitos que se estendem para o campo do cognitivo, social, político e material. Por isso, ele considera que os estudos da linguagem podem ser uma forma de fazer pesquisa também sobre a ação social. Caracteriza, portanto, essa abordagem como estudos críticos do discurso, justamente porque a análise não está focada somente nos aspectos linguísticos do discurso, como estruturas gramaticais, lexicais e semânticas, mas sim, e principalmente, na sua relação com eventos sociais e com as formas de dominação e controle de poder. Compreender o discurso como práticas sociais e como representações de aspectos do mundo, e que há discursos em disputa a depender do grupo social que os produz, implica assumir que ele está situado temporalmente e condicionado às formas pelas quais agimos no mundo.

Ao fazermos uso da linguagem em nossas vidas cotidianas, recorremos a maneiras particulares de **representar, de agir e interagir e de identificarmos** o mundo e a nós mesmos/as. Isto é, assim como todas as outras pessoas – cada qual com suas particularidades e em seu contexto histórico, político, cultural –, lançamos mão de discursos, gêneros e estilos específicos em dadas situações sociais também específicas (Ramalho; Resende, 2011, p. 16-17, grifos no original).

Dessa forma, práticas sociais, discursos e contextos estão interligados, construindo ação relacional, já que se afetam mutuamente constantemente. Esses três elementos são fundamentais para compreender as ações e relações sociais, a formação de sistemas de conhecimento, a construção de narrativas e interpretações. A maneira como os atores produzem seus discursos e fazem uso da linguagem na construção de narrativas depende não só das disputas que estão em jogo, mas também do público para o qual estão se dirigindo: apoiadores, detratores, potenciais mobilizadores. A depender do público e do

contexto, os atores mobilizam elementos culturais, expressões linguísticas próprias de determinado grupo, gerando identificação e aproximação entre os interlocutores (Lindstedt, 2017; Magalhães, *et al.*, 2017; Pardo, 2007; Resende, 2017).

A diferença entre os discursos sobre um mesmo evento social, por exemplo, se dá justamente na forma como cada um o representa: os estilos, o que incluem na narrativa, o que omitem, ao que dão mais enfoque e o que deixam menos nítido (Fairclough, 2003). Assim, para compreender como são construídos, é necessário levar em conta os aspectos cognitivos, como os enquadramentos, adotados por determinado grupo social, as categorizações, as representações e os elementos linguísticos, culturais e estilísticos que conectam aqueles que produzem os discursos ao seu público alvo.

Teon van Dijk aborda de forma mais específica os aspectos sociocognitivos do discurso. Segundo o autor, uma abordagem sociocognitiva deixa explícito não apenas o papel das representações mentais, mas também mostra as estruturas do discurso em si. As construções mentais construídas pelo cérebro são relevantes para análise de aspectos da ação individual, como os modelos mentais individuais estão refletidos nos textos; mas também para avaliar os reflexos em ações sociais e partindo delas. Por exemplo, para compreender a formação do discurso seria necessário avaliar o pano de fundo ideológico e sociocultural e compreender os indivíduos como seres sociais, que estão inseridos em comunidades, grupos e organizações. Isso implica que o uso de determinados estilos, representações e metáforas no texto está condicionada por esses fatores sociais também (van Dijk, 2018).

Para realizar a análise, metodologicamente, a ADC propõe um conjunto de categorias analíticas de análise textual. Essas categorias auxiliam na compreensão das relações entre o discurso e a prática social, permitindo compreender como os eventos sociais interferem na formação do discurso e como este se transforma em ação social ao impactar concretamente as narrativas e visões dos sujeitos (Ramalho; Resende, 2011). As categorias analíticas investigam formas textuais de se representar, interagir e identificar nas práticas sociais. As categorias estão relacionadas aos três elementos das ordens do discurso, as quais podem ser identificadas no texto: os gêneros são identificados nas formas acionais dos textos; os discursos, nas formas representacionais e os estilos nas formas identificacionais (Ramalho; Resende, 2011).

Ramalho e Resende (2011) identificam dez categorias analíticas, a partir da obra de Fairclough, as quais podem ser utilizadas na análise textual. As autoras apontam que é

preciso, antes de escolher categorias para um estudo, aproximar-se do corpus em questão e compreender quais são os aspectos discursivos que se deseja investigar, a partir das questões e interesses da pesquisa. Somente depois disso é possível partir de alguma(s) das categorias de análise: estrutura genérica; intertextualidade; presunção; relação semântica; trocas, funções da fala; interdiscursividade; representação de eventos; identificação; modalidade; avaliação, entre muitas outras, inclusive aquelas voltadas a outras modalidades semióticas.

Como dito anteriormente, para este trabalho, serão analisadas 75 publicações, em formato de texto escrito, coletadas em plataformas de mídias digitais – *Twitter* e *Facebook*. Antes de iniciar a análise desse tipo de material é preciso compreender que a expressão nessas plataformas é constrangida por outros fatores, além da dimensão contextual. É importante ter em mente que cada plataforma oferece uma interface distinta, que, por sua vez, viabiliza tipos diferentes de interação. O *Twitter* é uma plataforma mais dinâmica, com consumo de informação rápida, com pouco uso de imagem, sons ou vídeos, concentrando-se mais nos textos escritos como forma de interação. Entretanto, a plataforma tem um limite de 280 caracteres por postagem, e isso faz com que a mensagem tenha que ser mais direta. Já no *Facebook*, as postagens variam, mas, em geral, sempre utilizando algum recurso visual, além do texto escrito. E, além disso, não há limite de caracteres em uma postagem. Isso torna o conteúdo da mensagem potencialmente mais difuso.

Ademais, quando se utilizam dados coletados em mídias sociais, é preciso considerar o impacto do algoritmo da plataforma no momento da coleta, ou seja, qual o tipo de direcionamento das postagens que estão sendo coletadas. Não temos certeza de como a informação é extraída da plataforma entre todas as postagens publicadas. Isso porque, mesmo utilizando um código de programação em *Python* que extrai dados diretamente da interface da plataforma, a quantidade de dados extraída é apenas uma porcentagem de tudo o que nela está relacionado às chaves de busca.

Também, no momento em que as pessoas fazem as postagens, elas estão submetidas aos algoritmos que produzem um efeito de bolha. Isso faz com que as pessoas só vejam publicações conectadas com aquilo em que elas têm maior interesse ou que expressam a mesma linha de pensamento que elas. Isso é importante para pensar a análise de discurso crítica dos dados coletados nesta pesquisa, porque já partimos da noção de que não há, no conjunto de dados que extraímos, um embate de ideias. Como são publicações

agrupadas em torno das mesmas *hashtags* e de um grupo social específico, elas tendem a expressar, ainda que de forma distinta, um mesmo posicionamento e visão de mundo (Parra; Poppi, 2017; Hine *apud* Modelli, 2016).

No que se refere às particularidades para análise, Rabelo (2019) aponta algumas referentes a postagens no *Twitter*; mas que podem ser aplicadas também a outras mídias digitais, como o *Facebook*. Ela ressalta que, em decorrência da diversidade de modos de materialização das publicações, é produtivo olhar para os movimentos retóricos em grupos de posts, ao invés de estruturas genéricas de cada publicação. Além disso, é comum que um mesmo *post* apresente diferentes movimentos retóricos, isso porque no *Twitter* há uma grande pluralidade discursiva. A sobreposição, mescla e articulação dos discursos podem ser analisadas por meio da categoria analítica "interdiscursividade", razão pela qual a elegemos para esta pesquisa. Vieira e Resende (2016) indicam que a interdiscursividade chama a atenção para a forma como discursos são articulados a outros discursos em textos. É comum conseguir identificar neles conexões com lutas e disputas mais amplas.

Espera-se, portanto, que seja possível com o uso dessa categoria observar os discursos mobilizados nas falas dos atores e as formas pelas quais eles foram, ou não, combinados e articulados entre si nas publicações. O objetivo é que, com isso, consigamos iluminar questões que parecem ser centrais para compreender o processo de interação entre Estado e os coletivos de comunicação das periferias em específico, e as comunidades periféricas de modo geral.

2. A relação entre periferias e Estado

Antes de avançar para a análise dos dados, é preciso discutir alguns elementos importantes para compreender a relação entre Estado e periferias, que estão presentes nos discursos mobilizados. Quando se pensa em ação coletiva nas periferias, é fundamental lembrar a luta dos movimentos populares nos anos 1970 e 1980. À época, nomeados "movimentos populares", eram, fundamentalmente, gestados nas comunidades periféricas que cresciam exponencialmente, conforme cresciam também as cidades (e as problemáticas em torno delas).

Vários estudos (Kowarick; Bonduki, 1988; Boschi, 1983; 1987; Boschi; Valadares, 1981; 1983; Sader, 1988; Doimo, 1995) nos ajudam a compreender sua formação, organização, matrizes discursivas e, principalmente, suas demandas e a quem estavam endereçadas. Apesar de ter havido uma ampla discussão sobre as vantagens e desvantagens da interação com o Estado por parte dos movimentos sociais, é sabido que este sempre foi o grande interlocutor das lutas e a quem se direcionam as demandas por garantias sociais, especialmente na luta por democracia e por direitos.

Com a redemocratização, vários desses movimentos foram exitosos ao alçar ao plano legal algumas de suas demandas, como foi o caso de conquistas do movimento negro por exemplo na tipificação do racismo como crime inafiançável, na demarcação de terras quilombolas e, mais tarde, na política de ações afirmativas e na lei do trabalho doméstico (Rios, 2019; 2020). No entanto, a retomada da democracia sob o jugo de políticas de governo neoliberais e o desenvolvimento desordenado das cidades trouxeram também novos desafios que são fundamentais para compreender as dinâmicas nas periferias atualmente.

No início dos anos 1990, ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de construção de uma série de políticas fundamentais para a consolidação da democracia brasileira e a melhora na qualidade de vida da população, também foram implementadas políticas econômicas neoliberais que contribuíram para a precarização do trabalho (Telles, 2009; 2010). Precarização esta que, ao fim e ao cabo, opera como incubadora da expansão do crime organizado. Isso porque o comércio de substâncias ilícitas é uma realidade presente cotidianamente nas periferias brasileiras cujas matrizes discursivas (Sader, 1988) disputam com tantas outras nos territórios (Feltran, 2009). A pessoa que se encontra

precarizada ou desempregada, não raro, encontra no narcotráfico uma saída mais imediata para esses problemas.

Como consequência da expansão do crime organizado, ampliaram-se também os níveis de violência nas comunidades à medida em que a ação policial nos territórios se mostrava cada vez mais truculenta, sob a justificativa da “guerra às drogas”. Esse cenário cria zonas de indeterminação entre as ações que estão dentro da legalidade e as ilegais, que produzem um microgerenciamento de poder no cotidiano das pessoas e que gerem a vida e a morte de quem está nas periferias urbanas (Mbembe, 2019; Flauzina, 2019). Como a população que vive e/ou transita nesses territórios é majoritariamente negra e pobre, não se pode deixar de explicitar que tal cenário é produto, também, do racismo que perpassa a formação do Estado brasileiro e estrutura a sociedade e, por conseguinte, afeta a construção democrática no país.

A violência, apesar de todos os efeitos nefastos que gera na vida das pessoas e grupos sociais que convivem com ela cotidianamente, não deixa de ser uma forma de relação. Em um contexto no qual as garantias democráticas, o acesso a bens e serviços públicos e a consolidação de direitos estavam ainda sendo implementados a passos lentos – ainda que importantes conquistas tenham sido alcançadas nas primeiras duas décadas dos anos 2000 (Arretche, *et al.*, 2019) –, a interação por meio da violência é profundamente sentida no cotidiano das pessoas e na visão que têm do Estado e sua relação com ele. Isso fica perceptível na primeira etapa de análise conduzida para esta pesquisa e já discutida em outros lugares (Fonseca, 2021; Fonseca, 2023; Fonseca; Almeida, *no prelo*). Na análise de conteúdo do banco de dados, realizada por meio do *software* de análise qualitativa Atlas.ti, foram encontradas várias das categorias temáticas mencionadas. No entanto, a que prevaleceu foi a categoria “violência policial”, com mais de duas mil ocorrências.

Considerando a dinamicidade das publicações nas mídias digitais e o espaço temporal abarcado nesta pesquisa, é notável que a violência policial seja um tema com tanta recorrência, mas não é surpreendente quando se leva em conta o cenário social e político brasileiro. Isso apenas aponta como esse tipo de interação é recorrente, relevante e impactante no cotidiano das periferias. Outro tema com bastante recorrência – e que foi explicitamente mencionado de forma isolada ou conjugada em algumas das publicações categorizadas em violência policial – foi a categoria temática de “racismo e genocídio”. Esta categoria aponta explicitamente ações que foram identificadas como racistas ou atos

de genocídio, e é sobre ela que desbruçamos na análise discursiva crítica realizada neste trabalho.

3. A voz escrita das periferias

Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados por meio de solicitação via *API* das plataformas *Twitter* e *Facebook*, utilizando código de programação em *Python* para a primeira e em *R* para a segunda. A escolha por coleta via código de programação se deu pelo fato de essa modalidade permitir o alcance de mais postagens do que outras formas de coleta, como utilizando *softwares* intermediários. Os dados foram coletados no período entre março de 2020 e outubro de 2021. A definição do período da coleta se deu visando alcançar diferentes momentos da crise pandêmica: o início, auge da contaminação e início da vacinação. Pegar diferentes momentos nos permitiria avaliar diferenças nas narrativas apresentadas, conforme o momento, se houvesse.

A coleta foi feita de duas formas: por meio da solicitação de publicações que continham as *hashtags* #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas no *Twitter*; e das publicações diretamente dos perfis de oito coletivos de comunicação das periferias, quais sejam RUAS (DF), Coletivo Papo Reto (RJ), Voz das Comunidades (RJ), Agência Mural (SP), Periferia em Movimento (SP), Periferia em Foco (PA), Tela Firme (PA) e Força Tururu (PE). A escolha por esses coletivos se deu devido ao fato de serem coletivos bastante expressivos nos seus territórios e com grande presença e atividade nas mídias sociais. Na escolha deles, valorizou-se também a representatividade regional, tentando trazer um coletivo por região.

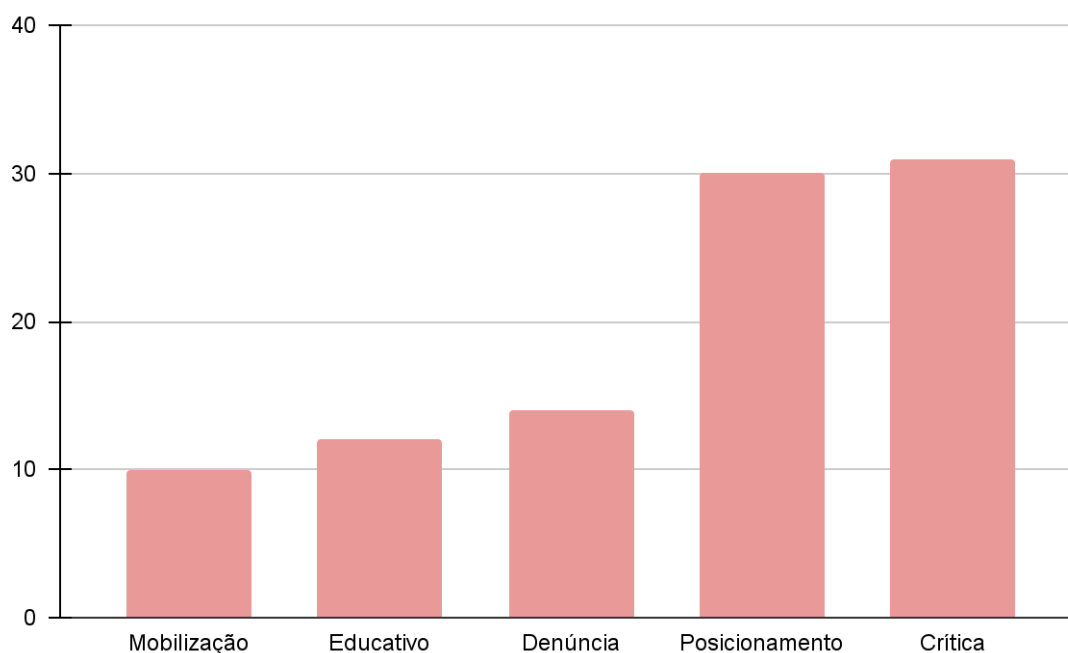
O intuito em coletar publicações de perfis de coletivos de diferentes estados foi garantir uma visão mais plural acerca das narrativas construídas por esses atores, jogando luz em semelhanças e diferenças eventualmente percebidas nos tópicos por eles levantados. Ao final da coleta, também por meio de um código em *Python*, foi extraída uma amostra aleatória simples de 10% do total de postagens, totalizando 14.315 publicações, todas em formato de texto. Posteriormente, foi realizada uma análise de conteúdo das publicações, identificando as principais categorias temáticas abordadas nas falas dos atores acerca de três pontos principais: a) sua visão sobre a pandemia; b) sua visão sobre a própria ação; c) sua visão sobre o Estado e as ações estatais.

Esta seção tem como objetivo abordar os resultados da análise discursiva crítica das publicações categorizadas com o tema “racismo e genocídio” do banco de dados de publicações do *Twitter* e do *Facebook* que utilizaram as #CoronaNasPeriferias e/ou #Covid19NasFavelas, ou foram feitas por coletivos de comunicação das periferias. Foram

analisadas 75 publicações, tendo por base a categoria analítica da ADC “interdiscursividade”. Como as postagens foram coletadas apenas no formato de texto (desconsiderando imagens, vídeos ou áudios, por exemplo), para efeitos de citação será reproduzido apenas o conteúdo em texto.

Primeiramente, cabe ressaltar que foram encontrados cinco tipos de publicações: a) aquelas que realizavam uma denúncia; b) as que faziam uma crítica; c) as que realizavam propósitos educativos; d) as que expressavam um posicionamento; e) as que faziam um chamado à mobilização. Por vezes, em uma mesma publicação foram encontrados dois movimentos retóricos, por exemplo, expressando um posicionamento e chamando à mobilização.

Gráfico 1 - Tipos de publicações



Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

A publicação que expressava uma crítica foi a mais recorrente, mais de 30, seguida pelas publicações de posicionamento, que totalizaram 30. Isso já nos ajuda a compreender o objetivo dos atores ao realizar postagens que levantam os temas de racismo e de genocídios. São publicações que trazem o tom de crítica e que marcam o posicionamento deles nesse sentido. É a forma pela qual eles caracterizam eventos que observam no seu

cotidiano. As publicações de denúncia e com perfil educativo ocorreram em pouco mais de 10 situações e as que mobilizaram esses temas para chamar à mobilização foram 10. Isso nos mostra que essas críticas e posicionamentos não vêm, em geral, acompanhadas de chamados à mobilização – talvez o baixo nível de mobilização esteja relacionado às restrições do momento da pandemia, mas não temos como verificar essa hipótese, diante da falta de dados em período comparativo – ou de uma denúncia específica. Também observa-se uma interseção menor com o perfil educativo, utilizando pouco o tema no sentido de instruir as pessoas sobre o seu significado – o que talvez seja consequência do formato de publicações permitidas nas plataformas.

Com relação aos discursos presentes nas publicações, da mesma forma que a tipificação das postagens, também poderia ser identificado mais de um discurso presente na mesma publicação. Isso é bastante frequente em variados textos, já que discursos são formas relativamente estáveis de representação de aspectos do mundo, e os textos costumam articular diferentes posturas, que ora se complementam ora apresentam disputas discursivas, apropriando e rejeitando discursos, que assim se põem em diálogo. O quadro abaixo oferece uma matriz de codificação com os cruzamentos de ocorrências de discursos e movimentos retóricos.

Quadro 1 - Matriz de codificação

Movimento retórico	Discurso			
	Acadêmico	Antigoverno	Contra o genocídio	Desigualdade
Crítica	1	26	15	2
Denúncia	0	6	1	1
Educação	8	0	2	12
Mobilização	1	1	8	2
Posicionamento	2	11	21	2

Fonte: elaboração própria com base nos dados analisados.

O discurso acadêmico, com vistas a trazer alguma informação, dados ou explicar algum conceito, apareceu em oito ocorrências. Em todos os casos, o tipo principal identificado para a postagem foi a postagem com propósitos educativos. Em vinte e três casos, observamos a presença do discurso de desigualdade, aqui definido como discurso

que evidencia a discrepância de classe e de raça, especialmente no tratamento dispensado pelo Estado a cada uma delas. Evidentemente, esse discurso veio associado a outros, como se pode observar nos exemplos a seguir:

Acampamento fascista com um bando de branco armado: pode Preto em casa na favela: tiro na cabecinha (Texto 1, extraído da amostra analisada)

Busquei aqueles tweets de março por causa disso aqui: As pessoas que estão lutando pela vida de brancos de classe média são as mesmas que promovem o extermínio da periferia (Texto 2, extraído da amostra analisada).

É como se o preto estivesse à venda. Em plena pandemia, **a mulher branca não pode limpar sua própria sujeira** e fazer sua própria comida. Quarentena pro branco e não pro preto? #COVID19 #COVID19NasFavelas (Texto 3, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

A "preocupação" dos governadores com a vida do povo por conta da pandemia se expõe aqui: **é uma preocupação à vida que só cobre os bairros nobres**. O projeto político genocida e eugenista no Brasil nunca deixou de ser (Texto 4, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Além da intersecção com o discurso antigoverno, de que falaremos a seguir, observa-se também uma intersecção com o tema racial, bem expressiva nos textos 2 e 3 acima. Fica evidente que a diferença, percebida por eles, no trato com cada grupo populacional não está restrita à dimensão da classe social, mas sempre tangencia a questão racial, especialmente porque se sabe que a maioria da população pobre no Brasil é negra. A intersecção fica evidente nas expressões como "a mulher branca não pode limpar sua própria sujeira" (Texto 3), implicando que alguém – uma mulher preta – teria que fazer por ela. No texto 1, situa-se o "branco" em "acampamentos" e o "preto em casa na favela", trazendo uma demarcação racial (preto e branco) e social/espacial (favela e acampamento).

As intersecções com os discursos contra o genocídio ficam evidentes nas associações feitas entre que tipo de política cabe a quem: no texto 1, a comparação entre a convivência com os acampamentos de "brancos fascistas" sobreposta ao tratamento aos pretos que estão em casa, o "tiro na cabecinha". O mesmo se observa no texto 4, em que a política que se preocupa com a vida do povo "cobre apenas os bairros nobres [brancos]" e, ao grupo que se contrapõe ao que foi explicitado, complementa: "o projeto político genocida e eugenista no Brasil nunca deixou de ser".

Os discursos contra a desigualdade também chamam a atenção para o direito à vida e a uma série de direitos e serviços básicos aos quais a população negra não tem acesso. A maior parte desses discursos aponta que a população negra morre mais cedo que a branca, seja em razão da violência, seja por falta de acesso a políticas de saúde (ver textos 5 e 6 abaixo). No texto 5, a chamada "negros morrem mais cedo" vem acompanhada das causas identificadas por eles "racismo estrutural, a desigualdade e a morte precoce nas periferias". Também, no texto 6, chamam a atenção para o fato de que esse público "não é priorizado na vacinação", mesmo sendo os trabalhadores e trabalhadoras mais expostas ao vírus.

O direito à vida foi bastante mobilizado nos discursos durante a pandemia, porque, ao fim e ao cabo, garantir que a população tivesse meios para se prevenir adequadamente contra a Covid-19 era assegurar o seu direito à vida. A população pobre e negra, em sua vasta maioria, foi aquela que nem conseguiu regimes de trabalho nos quais não fosse obrigada a deslocar-se em transporte público superlotado, nem teve acesso a políticas sanitárias e de saúde adequadas.

NEGROS MORREM MAIS CEDO

A diferença nessa proporção está ligada a alguns fatores, apontam especialistas e profissionais da saúde ouvidos pela #AgênciaMural. Entre as causas estão o **racismo estrutural, a desigualdade e a morte precoce** de negros e negras nas periferias (Texto 5, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Pessoas pretas e pobres são as que estão em maior exposição: **são os funcionários do transporte público, de serviços, trabalhadores informais e trabalhadores dos serviços de saúde não priorizados na vacinação**, diz o médico (Texto 6, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Podemos falar sobre democracia em um país onde o racismo e a impunidade sempre operaram? A cor de quem tem morrido sumariamente não é a mesma de quem julga ou de quem contribui para que essas mortes continuem a acontecer (Texto 7, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

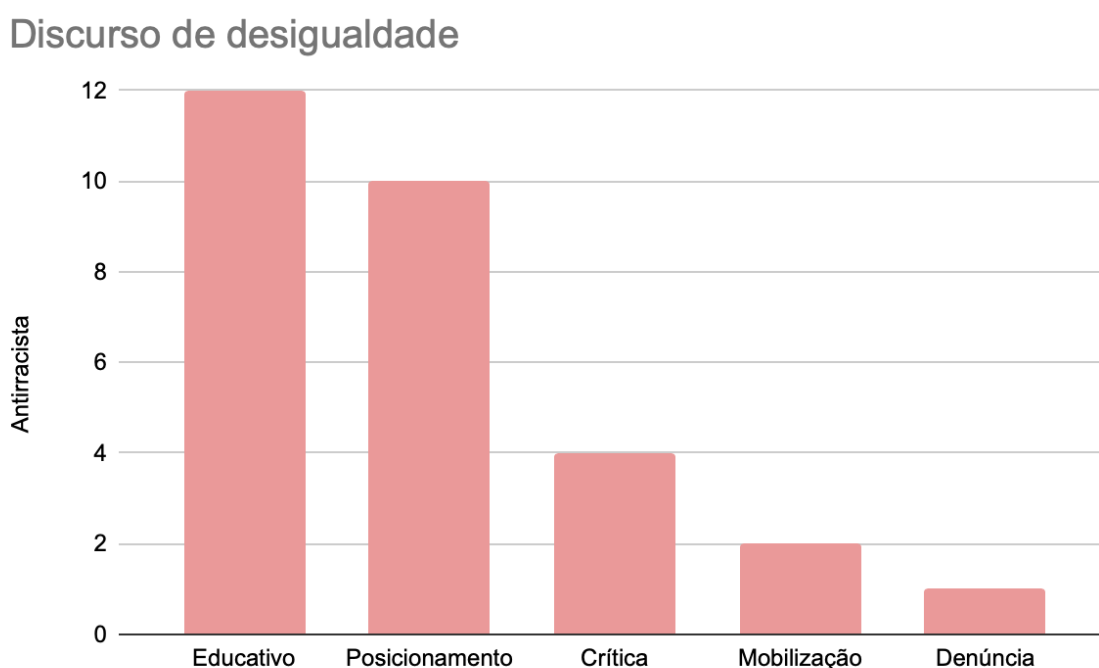
Como se estivessem o tempo todo nos impondo algum limite que **parece apenas uma fronteira geográfica, mas não é**. Ou minimizando a cor da pele, ao dizer que 'nós somos todos iguais', quando na verdade não somos (Texto 8, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

No texto 7, fica mais evidente a interseção do discurso antirracista com o discurso contra o genocídio quando se coloca "a cor de quem tem morrido sumariamente não é a mesma de quem julga". Com isso, os atores identificam um grupo populacional,

diferenciado pela cor da pele, que está destinado à morte e outro, diferente, que julga quem vive e quem morre no país.

A maioria das publicações com discurso de desigualdade foram identificadas com linguagem cujo propósito era educativo. Ou seja, os coletivos que mobilizaram essas publicações, ao abordarem a temática de raça e a pauta antirracista, têm um cuidado em trazer o tema sob uma perspectiva educacional, trazendo dados e informações que explicitam a realidade do povo negro no Brasil.

Gráfico 2 - Ocorrência do discurso de desigualdade por tipo de publicação



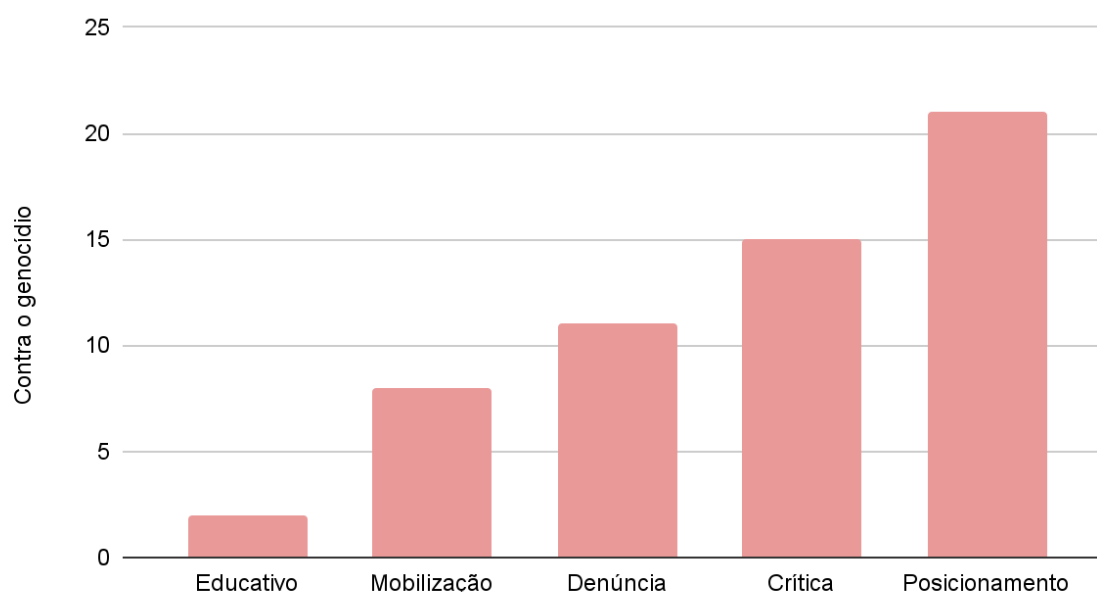
Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

O discurso contra o genocídio do povo negro foi identificado e distinguido de outros discursos, como o discurso de desigualdade, na medida em que ele apresentava explicitamente termos como "genocídio" ou "extermínio". Ele foi observado em 42 publicações. Foram postagens que tinham objetivos diversos: denúncia, crítica, posicionamento. Majoritariamente, o discurso contra o genocídio apareceu em publicações do tipo posicionamento. Isso indica que esses atores identificam aquilo que estão vivendo como um genocídio e se posicionam nesse sentido.

Tal posicionamento fica evidente a partir da uso recorrente do termo “genocídio”, como uma forma de reafirmar, dar nome aos eventos. Como se pode ver nos textos 9 e 10 abaixo, os textos trazem o genocídio como uma ação que acontece no tempo presente “é um genocídio” e “há um projeto em curso para eliminar os pobres”.. Além disso, o “genocídio” veio associado a outras expressões, como: “política de morte”; “necropolítica”; “higienismo”; “fascismo”, como forma de caracterizar e trazer mais elementos para seu posicionamento (textos 9 e 10 abaixo). Vale observar também que essas expressões (higienismo, necropolítica, fascismo) são conceitos definidos no âmbito do discurso acadêmico e estão sendo trazidos pelos os coletivos e seu público.

Gráfico 3 - Discurso contra o genocídio

Discurso contra o genocídio



Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

Aí não é guerra. É **política de morte** em benefício do lucro, do poder das armas e da “venda de um lugar ao céu”. #COVID19NasFavelas #BolsonaroGenocida (Texto 9, extraído da amostra analisada, grifo nosso)

Estou cada vez mais convencida de que **há um projeto em curso para eliminar pobres**. Não apenas no Brasil. Mas aqui ele avança sem que a sociedade se movimenta. Se vc acha isso legítimo e legal, você já está

morto e não sabe. #covid19nasfavelas #NossasVidasImportam (Texto 10, extraído da amostra analisada, grifo nosso)

O genocídio e suas várias ramificações. Em meio a pandemia que mata mais pretos, pobres e indígenas, o Estado não dá trégua e segue com operações nocivas e homicidas contra pessoas pretas. **Não há máscaras, nem álcool em gel que nos previna do ódio racial e de um bala de fuzil** (Texto 11, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Como que fica em casa? Como que mantém a mente tranquila? O favelado não tem paz! O **genocídio não para nem com pandemia!** (Texto 12, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Nos textos 11 e 12, os atores chamam a atenção para o fato de que, mesmo estando em um cenário de pandemia, a ação estatal tem como resultado a morte de pessoas pretas: seja pela doença, seja pela violência policial. As expressões que identificam o genocídio como um projeto ou política se repetem várias vezes no *corpus* analisado. Existe a associação de que esta é a política que prevalece nas periferias. Ao se falar em projeto ou política, o interlocutor imediato das críticas ou demandas apresentadas é o Estado. Por isso, o discurso antigoverno aparece 34 vezes – aqui classificamos como “antigoverno”, porque as mensagens se referem especificamente ao nível do Executivo, apesar de por vezes distinguirem entre governo federal, estadual e municipal, o que será apontado na sequência.

Não por acaso, o discurso contra o genocídio foi o que mais esteve presente nas publicações com vistas à mobilização. Nessas postagens, 8 utilizaram o discurso contra o genocídio, 2 o discurso contra a desigualdade, 1 o discurso acadêmico e 1 o discurso antigoverno. São publicações convocando para atos e dizendo da importância da participação de cada um. Ao mesmo tempo, o discurso contra o genocídio também representa a maior parte das publicações de posicionamento (21 delas). Isso mostra que a luta pelo fim do extermínio do povo negro é a posição mais evidente tomada pelos coletivos e que o principal argumento utilizado por eles para chamar mobilizações.

Como veremos a seguir, o interlocutor a quem são direcionadas essas demandas é o "Estado" ou o "governo", não só porque estão tratando de violência policial, mas também porque eles identificam as ações violentas como uma forma de política estabelecida para as periferias. Existe, nos excertos analisados, uma contraposição entre "nós X eles", em que "nós" é identificado por termos como "preto(a)(s)", "pobre(s)", "negro(a)(s)", "favelas"; e "eles" é identificado como "brancos", "Estado", "polícia", "governo".

"ALVO" É A PALAVRA. A COR VOCÊS SABEM

"Irmão, a gente nasceu alvo. Nós somos alvo do Estado... Eu não vou te perder, mano, você é preto"

A fala do mano da @frentecdd revela nosso medo diário de perder

Eles combinam de nos matar

Nós combinamos de não morrer (Texto 13, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Luto em Luta por João Pedro: “**Eles não mataram só o João**, mataram o pai, uma mãe, uma irmãzinha de 5 anos” - Neilton Pinto pai de João Pedro, **que foi morto pela polícia dentro de casa**.

O que aconteceu com João Pedro tem nome: é genocídio. Por ser negro, seu corpo é alvo. Nosso manifesto é por João Pedro e também por todas as pessoas que estão na mira do genocídio perpetrado pelo Estado brasileiro.

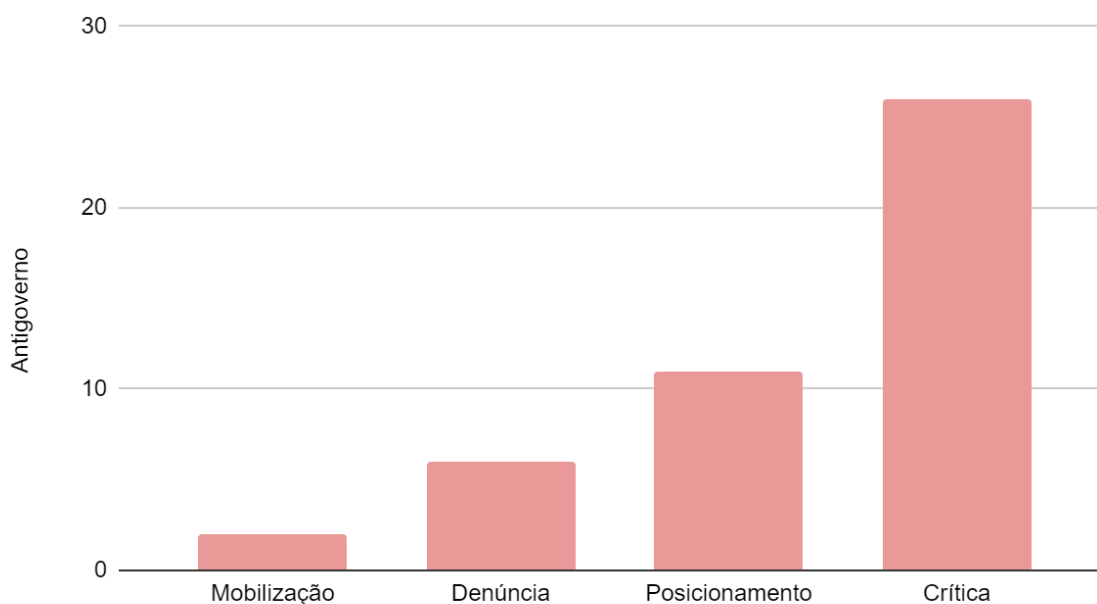
Não estamos nem ficaremos calados: Mais de 800 iniciativas convocam o ato LUTO EM LUTA POR JOÃO PEDRO, no dia 26 de maio, às 18h, nas redes da Coalizão Negra por Direitos (Texto 14, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

O texto 14 nos ajuda a exemplificar uma relação que ocorre ao longo dos textos analisados, qual seja a caracterização de quem realiza a ação e de quem sofre. Em "Eles não mataram só o João" e "João Pedro, que foi morto pela polícia" fica evidente a identificação da culpa pelo ocorrido ou o agente da ação na polícia e, em última instância, no Estado. Ao passo em que aquele que sofre a ação é João Pedro e sua família. No entanto esse chamado, se utilizando dessa contraposição entre "nós X eles", afirma: "Nós não ficaremos calados", trazendo essa dor da perda e a mobilização para além dos que foram diretamente afetados e incluindo todo esse grupo que faz parte desse "nós" e que está sujeito a esses eventos.

O discurso antigoverno apareceu principalmente relacionado às publicações que expressavam crítica. Esta crítica está, essencialmente, relacionada ao *modus operandi* das polícias nos territórios e ao fato de que a política de segurança pública parece ser a única que está sempre presente nos territórios e, ainda, de uma forma que é avaliada, pelos coletivos, como uma política de genocídio. Das 34 vezes em que o discurso antigoverno foi citado, foi em 15 diretamente associado ao termo “genocídio” ou à ideia de um “projeto de morte” para as periferias.

Gráfico 4 - Discurso antigoverno

Discurso antigoverno



Fonte: elaboração própria, com base nos dados analisados.

Os tiros não param e o terror só aumenta. O Estado entra na favela para matar. **Entra governo, sai governo, a Política Pública é sempre a mesma: @PMERJ para contenção da camada pobre da população. Entra governo, sai governo: genocídio da população favelada. #COVID19NasFavelas** (Texto 15, extraído da amostra analisada, grifo nosso)

O Estado segue sendo **o autor de conjunto de práticas baseadas no desejo de eliminação e exclusão de direitos das populações** mais vulneráveis, enquanto são garantidos e mantidos os das elites brancas. O que pontua aqui não se limita apenas a morte de uma criança negra, mas também a negação do direito à vida e de direitos básicos, fundamentais, para nossa existência (Texto 16, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

O “sensato” Witzel na oposição ao Bolsonaro na temática da pandemia vai responder por isso? **Política de extermínio direto na favela**, quando se cobra quarentena, distanciamento e solidariedade? (Texto 17, extraído da amostra analisada, grifo nosso).

Estamos no meio da pandemia e **o braço armado do Estado segue fazendo seu trabalho sujo...** #vidasnegrasimportam #covid19nasfavelas (Texto 18, extraído da amostra analisada, grifo nosso)

Várias das postagens que apresentaram discurso antigoverno não identificaram diretamente um nível federativo, se referiam apenas como “Estado” ou como “governo”.

Em outros casos, a crítica é direcionada ao governo federal, à pessoa do ex-presidente Jair Bolsonaro (texto 17), ao governo estadual (texto 15) ou à figura do ex-governador Wilson Witzel (texto 17) – já que várias das publicações coletadas foram mobilizadas em decorrência de ações policiais nas favelas do Rio de Janeiro. Com os dados que temos, não é possível fazer uma análise histórica da avaliação de governos passados, mas, no período analisado, fica evidente que tanto governo federal quanto estadual foram responsabilizados pelas práticas violentas nos territórios.

O fato de associarem a morte recorrente de pessoas negras moradoras de periferias urbanas a um programa ou política de governo remete à continuidade da ação. Isso porque a principal característica das políticas públicas é justamente a sua repetição permanente e presença constante. Nos textos 16 e 18, observamos o uso do gerúndio em “segue sendo” e “segue fazendo”, indicando a continuidade dessa ação e marca o genocídio como constante histórica em seu cotidiano. Também no texto 15, a expressão “Entra governo, sai governo, a política pública é sempre a mesma” parece indicar que essa situação se repete há muitos anos. Não é possível identificar, contudo, se o autor se refere ao governo federal, estadual ou municipal, já que ele se refere “Estado”, de modo geral, e à PMRJ, corporação estadual. No texto 16, por sua vez, o autor caracteriza que esse projeto de extermínio é realizado por meio da “eliminação” e “exclusão” de direitos, inclusive o direito à vida, para as pessoas negras.

Com base na análise apresentada, fica patente que a visão que os/as integrantes dos coletivos de comunicação, e outros usuários e usuárias das mídias digitais que eventualmente tenham utilizado as *hashtags* coletadas, com relação ao Estado, é uma visão crítica. Eles mobilizam principalmente os discursos contra o genocídio e antigoverno, como forma de se posicionar e criticar uma forma de ação estatal que consideram inadequada e criminosa. Racismo, genocídio e violência estatal estão imbricados de uma forma muito complexa para o cotidiano das periferias e isso é uma constante nos dados. A maneira como os atores conectam os atos de genocídio, impetrados por meio da violência, com o racismo e o ódio de classe é bem contundente. As mídias sociais digitais têm sido um espaço no qual as periferias têm conseguido colocar a sua voz no mundo – denunciando, criticando e se posicionando – e isso se mostrou durante a pandemia.

Considerações finais

Este trabalho realizou uma análise discursiva crítica de um banco de 75 publicações feitas por coletivos de comunicação e/ou outros usuários e usuárias que mobilizaram as *hashtags* #CoronaNasPeriferias e #Covid19NasFavelas. O objetivo foi compreender os discursos mobilizados por esses atores em publicações envolvendo os temas de "racismo" e "genocídio", especialmente com atenção à visão deles sobre o Estado.

Os discursos apreendidos nessas postagens foram: acadêmico, de desigualdade, contra o genocídio e antigoverno. Como é de esperar pela natureza interdiscursiva da linguagem, diferentes discursos foram mobilizados em uma mesma postagem e em publicações que poderiam ser: educativas, críticas, de posicionamento, de denúncia ou de mobilização, ou uma combinação entre esses movimentos retóricos. A combinação desses dois elementos nos dão algumas pistas importantes sobre a ação social desses sujeitos e aquilo que comunicam.

As publicações com discurso de desigualdade, por exemplo, apareceram mais em postagens de cunho educativo. Isso aponta para o interesse desses coletivos em trazer informações e dados a serem divulgados que expressam a condição da população negra e periférica no Brasil. Além disso, eles têm uma preocupação em explicar alguns conceitos que, por vezes, ficam cerrados no âmbito acadêmico, mas que têm, cada vez mais, ganhado espaço no cotidiano.

Os discursos contra o genocídio, por sua vez, foram mais notados em publicações de posicionamento, aquelas em que os coletivos traziam a sua visão sobre o que estava acontecendo e seguiam reafirmando isso. Esse movimento é perceptível pela recorrência no uso do termo "genocídio", como forma de manter ou fixar a expressão para dar nome e caracterizar a situação que vivem. É a maneira como leem o cenário de violência ao qual estão submetidas as populações negras, como uma tentativa de extermínio ao povo negro, e fazem questão de colocar esse posicionamento frequentemente.

Como não poderia deixar de ser, essa posição tem um interlocutor ao qual está direcionada: o Estado, como fica evidente no discurso antigoverno. Embora não seja feita distinção clara, em vários momentos, entre Estado, governo federal, estadual ou municipal, tem-se essa noção de que é o governo o responsável por esse contexto caótico que estavam vivendo. No momento da pandemia, as periferias tiveram que lidar não só com o combate ao coronavírus, em cenário de falta de acesso a condições de saúde e sanitárias adequadas,

ao mesmo tempo em que conviviam com a frequente ação violenta da polícia nos seus territórios. Para eles, o Estado não só não deu garantias para que eles se mantivessem vivos diante da maior crise sanitária do século, como ainda realizou ações que colocaram a sua vida ainda mais em risco.

Por fim, vale chamar a atenção para a forma como as mídias sociais têm sido usadas, especialmente pelos coletivos de comunicação: como espaço de posicionamento e de denúncia. Especialmente durante a pandemia, eles conseguiram muita visibilidade para as suas pautas e demandas utilizando essas mídias. E, justamente pela forma como a ação social fica concentrada em formatos de texto (multimodal) nesses espaços, é útil a apropriação e uso da análise de discurso crítica como forma de compreender as práticas sociais e como a linguagem age (e interage) com o contexto social.

Referências bibliográficas

ABERS, R.; ROSSI, F.; von BÜLOW, M. State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. **International Political Science Review**, Special Issue: The Political Ramifications of Covid-19. v. 00, n. 0, p. 1–17, 2021.

ABERS, R.; von BÜLOW, M. **A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)**: Repositório de iniciativas da sociedade civil contra a pandemia. Brasília-DF: Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/> .

ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; PIMENTA, C. **As políticas da política**: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

AVRITZER, L.; MARONA, M.; KERCHE, F. **Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, n. 1, p. 611–639, ago. 2000.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.

BOSCHI, R. **Movimentos coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOSCHI, R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1987.

BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. **V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais**, p. 20, 1981.

BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. Em: BOSCHI, R. (Ed.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1983.

CEFAI, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas ... o que nos ensina o pragmatismo (parte 2). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129–142, 2017a.

CEFAI, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas\ldots O que nos ensina o pragmatismo (parte I). **Novos Estudos**2017, v. 36, n. 01, p. 187–213, 2017b.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: text analysis for social research**. New York: Routledge, 2003, p. 16-30.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2010.

FONSECA, M. **Pega a visão: quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias na pandemia de Covid-19**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

FONSECA, M. Construção de narrativas em contextos de crise: coletivos de comunicação das periferias na pandemia de Covid-19, **Revista Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 31, n. 2, 2023.

FONSECA,.; ALMEIDA, D. A outra face da interação com o Estado: coletivos de comunicação da periferia na pandemia de Covid-19, *no prelo*.

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. (Eds.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LINDSTEDT, N. Shifting frames: collective action framing from a dialogic and relational perspective. **Sociology Compass**, v. 12, n. 1, p. e12548, 2017.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A.; RESENDE, V. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. 1. ed. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MODELLI, L. **Blogs coletivos feministas - um estudo sobre feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet**. Dissertação—Bauru-SP: UNESP, 2016.

NUNES, J. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 257–277, 2013.

PARDO, N. **Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana**. Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

PARRA, H.; POPPI, R. Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil. **Liinc Revista**, v. 13, n. 1, p. 223–236, 2017.

RABELO, Nair. **#Elasótem16anos: análise discursiva crítica de postagens em rede social sobre o caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, 2019.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de Discurso (para a) Crítica: O Texto como Material de Pesquisa**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V. Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 178–184, 2011.

RESENDE, V. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. Em: **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Brasília-DF: Pontes Editores, 2017. p. 11–51.

RESENDE, V.; REGIS, J. **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VAN DIJK, T. Socio-cognitive discourse studies. In: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. **The Routledge handbook of critical discourse studies**. Nova Iorque: Routledge, 2018.

VON BÜLOW, M. **Os impactos da pandemia no ativismo digital**: Repositório de iniciativas da sociedade civil contra a pandemia. Brasília-DF: Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>.